

EPISTEMOLOGIA E FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO: DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS

Thiago Araújo Bezerra de Sousa¹
George Moraes De Luiz²

RESUMO

Este ensaio teórico discute a formação do psicólogo a partir de seu campo epistemológico e dos desafios contemporâneos que o atravessam. Elege-se para entender essa complexidade a constituição histórica e teórica da Psicologia, aspectos atuais que desafiam a intervenção psicológica e a formação do profissional, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Psicologia e dos seus programas de pós-graduação. A Psicologia tem contemplado o crescimento e a diversificação de seus objetos e abordagens diante da variedade das demandas que desafiam sua episteme. Aspectos históricos e políticos, abordagens, ênfases, áreas, interfaces, objetos, teorias, pressupostos, prática, contextos, complexidade, a disciplinaridade e seus prefixos (multi, inter e trans), paradigmas, interdisciplinas e ciências de fronteiras são elementos que atravessam essa discussão. A relação entre esses elementos vai além das conhecidas tensões entre teoria e prática da ciência psicológica. É preciso considerar também as tensões teóricas inerentes ao seu próprio campo, as interfaces da atuação profissional e as tensões entre currículo e profissão. A Psicologia deve ser compreendida como uma ciência de epistemologia plural, que deve oferecer um currículo integrador, que forma um profissional generalista por meio da flexibilização de seu currículo, da articulação de seus diversos atores em prol da legitimação de metodologias e discursos interdisciplinares, atentos aos riscos de uma formação profissionalizante e da adoção de atitudes dogmáticas ou ecléticas nesse processo.

PALAVRAS CHAVE: Psicologia. Epistemologia. Formação. Complexidade. Interdisciplinaridade.

Introdução

No início da formação em Bacharel em Psicologia os estudantes têm contato, entre outras disciplinas, com a história dessa ciência e profissão. Seguem, de maneira geral, a cronologia dos feitos de James e Wundt, até construírem um quadro relativamente atual da Psicologia, composto por diversas abordagens teóricas, como

¹ Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande. Bacharel em Naturologia. Especialista em Acupuntura. E-mail: tabs.sousa@gmail.com

² Professor Titular do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande; Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: george.luiz@univag.edu.br

o Behaviorismo, a Psicanálise, a Existencial, a Sócio Histórica, a Humanista, entre outras, e possibilidades de atuação em campos diversos, como o clínico, o jurídico, o trânsito, o ecológico, entre outros.

De acordo com Figueiredo (2004), os graduandos em Psicologia seguem na expectativa de que esses caminhos inicialmente divergentes sejam sistematizados em uma “linha comum”, utilizada por todos os profissionais. No decorrer do curso, percebe-se que não haverá essa linha comum, mas uma orientação para a escolha de abordagens ou matrizes de pensamento, que lhe servirá de base teórica, bem como de ênfases que o prepara para a atuação profissional por meio dos estágios supervisionados.

Psicólogos são formados passando por roteiros mais ou menos semelhantes ao exposto no parágrafo anterior, características de uma situação evidenciada por Figueiredo, um dos maiores epistemólogos da Psicologia.

[...] algo que merecia ser prontamente tematizado é a relação entre o estado um tanto caótico e inevitavelmente desarticulado de qualquer currículo de formação em psicologia e as condições históricas dessa área. Essa já seria uma boa razão para atribuímos ao estudo da história da psicologia, ou das psicologias, um lugar privilegiado na formação do psicólogo. (FIGUEIREDO, 2004, p. 17).

Para a compreensão da relação entre a formação do psicólogo e a impressão de desarticulação e caos de seus aspectos epistemológicos e curriculares, deve-se considerar o percurso histórico de seu desenvolvimento até os desafios impostos pela contemporaneidade, que envolvem o crescimento e a diversificação de suas abordagens, seus campos de atuação, bem como o atravessamento por outros fatores como o político e metodológico. Nesse mesmo sentido,

Cada vez mais o processo de produção do conhecimento científico será social, político-institucional, matricial, amplificado. Nesse cenário, a produção competente da ciência viabilizará abordagens totalizantes, apesar de parciais e provisórias, sínteses transdisciplinares dos objetos da complexidade. (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 47).

No primeiro momento da constituição de um saber como ciência, seus teóricos se preocupam com o estabelecimento do conteúdo e a atuação no campo recém-constituído. Suas reflexões sobre suas formas de produção de conhecimento, isto é, sua epistemologia, caracteriza uma preocupação secundária, no sentido de que é própria do momento posterior a este primeiro de estabelecimento e legitimação do novo campo, e que só pode ser pensado e analisado por meio daquilo que foi concretizado.

Para isso, este artigo se configura como um ensaio teórico que visa à discussão dos aspectos epistemológicos que atravessam a formação do psicólogo atualmente. Primeiramente, trata dos aspectos históricos e teóricos de constituição da Psicologia como determinantes do seu percurso epistemológico, a partir de diversos autores – principalmente Abib (2009), Burell e Morgan (1979) e Serbena; Raffaelli (2003). Em seguida, são apresentados os desdobramentos destes aspectos na contemporaneidade, que considera a complexidade da realidade por meio da metodologia interdisciplinar, como discutida por Almeida Filho (2005) e Alencar (2015).

De acordo com Morin (1996) e Almeida Filho (2005) o termo complexidade é utilizado por diversos autores e áreas de conhecimento para caracterizar uma visão, ou até mesmo um paradigma, que nega a premissa reducionista do positivismo de modo a considerar relações como sistemas complexos, permeado pela associação de diversos fenômenos emergentes que agrupam outros conceitos como: sistemas dinâmicos, complexidade de redes, não-linearidade, retroação, teoria do caos, fractais e capacidade de auto-organização.

Por último, é apresentado como esses aspectos se articulam na formação do psicólogo, discutida a partir das orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Psicologia (DCNs) na graduação e das interfaces e discursos inerentes à pós-graduação, considerando o documento do Ministério da Educação (2011) e os apontamentos de Cury; Ferreira Neto (2014), Rudá (2015) e Alencar (2015).

1. Epistemologia da Psicologia

1.1. Aspectos históricos e políticos

A Psicologia moderna iniciou-se ao final do século XIX, com o projeto sistematizado por Wilhelm Wundt e William James, marco da diferenciação da Psicologia como ciência, da Psicologia enquanto metafísica (ABIB, 2009).

Segundo o autor, Wundt, influenciado pelo idealismo alemão, acreditava em uma Psicologia empírico/filosófica, defendendo sua *causalidade psíquica*, ligada à fisiologia, porém próxima das ciências da cultura; enquanto James defendia uma

psicologia racional: se orientava pelo esforço em tornar a Psicologia uma ciência natural, buscando uma causalidade física e fatores de predição e controle.

A ligação dos dois teóricos a aspectos mensuráveis não corresponde a uma semelhança, mas à influência do modelo científico da época.

O modelo empirista de ciência foi central na definição da *episteme moderna*. [...] (seus) agentes eram de acordo que a única coisa passível de conhecimento pelo homem eram aquelas acusadas pelos sentidos, a partir das experiências concretas e particulares, de modo que não fazia sentido buscar as leis universais [...] A experimentação cria novas realidades. Assim, a nova ordem era buscar as leis naturais específicas que governavam os experimentos. (ALENCAR, 2015, p. 40. Grifo do autor).

Apesar da postura positivista dos teóricos, Wundt se orientou pela distinção entre ciências da natureza e ciências da cultura, se posicionou contra a submissão da ciência psicológica às ciências naturais (como a física e a biologia), defendendo que a Psicologia deveria compreender fenômenos complexos como “linguagem, mito, religião, arte, sociedade, lei cultura e história.” (DANZIGER, 1979 *apud* ABIB, 2009, p. 201). Todavia, o pragmatismo radical de James foi melhor aceito no contexto norte-americano, lançando as bases para a psicologia moderna, por meio do funcionalismo (ABIB, 2009).

Abib (2009) e Alencar (2015) mostram que em seu início como ciência, a Psicologia apresenta uma epistemologia caracterizada pelo posicionamento divergente entre os dois teóricos responsáveis por sua gênese, característica que não cedeu à conformidade ao longo de sua história (ABIB, 2009).

Serbena e Raffaelli (2003) indicam outro ponto em relação às tensões teóricas do campo epistemológico da Psicologia, afirmam que elas são influenciadas pelas esferas políticas (gestões e instituições de Psicologia), a do ensino e da prática, que no caso dos autores, se restringem a discussão da prática clínica.

De acordo com Bock *et al* (2008), a Psicologia se propõe a estudar o humano em todas as suas expressões, visíveis (comportamentos, atitudes...), não visíveis (sentimentos, inconsciente...), singulares e genéricas, fazendo com que cada abordagem se dedique, de acordo com o seu enfoque nesses aspectos, à delimitação de seus objetos.

Assim, Serbena e Raffaelli (2003) fazem críticas à definição de Psicologia por uma das maiores associações de Psicologia, Associação Americana de Psicologia (APA), chamando atenção para o costume de conceituar Psicologia como uma “ciência do comportamento”. Afirmam que a definição não faz referência à palavra,

pois evidencia uma definição enviesada, com predomínio positivista, comportamental e observável, em detrimento de uma subjetiva, distante inclusive de sua gênese filosófica e da etimologia da palavra.

Ainda citam outros teóricos que sinalizavam essa contradição.

Existe um projeto contraditório para a psicologia (Ganguilhem, 1958/1999), entre uma ciência natural segundo os moldes tradicionais e um saber sobre a subjetividade mais afim com a filosofia, sendo desta forma radicalmente diferentes. Entretanto, esta contradição está presente no próprio projeto de constituição da Psicologia como ciência separada da filosofia e de outras ciências, como a sociologia e a medicina. (FIGUEIREDO, 1991 *apud* SERBENA; RAFAELLI, 2003, p. 33).

A partir do Behaviorismo e da Psicanálise, os autores afirmam que a Psicologia se debate, em seus primórdios, entre a prática científica e a prática acadêmica/clínica. A primeira mais ligada aos fundamentos e métodos das ciências naturais, e a segunda à realidade interna e subjetiva de cada indivíduo. Sobre tais aspectos eles afirmam:

Isto origina duas linguagens, dois modos de descrição, representados principalmente pelo behaviorismo e pela psicanálise. Estes se localizam nos extremos e refletem algumas das próprias contradições da existência humana, tais como a tensão entre a universalidade e a individualidade, entre o espírito e a matéria, entre a liberdade e o determinismo, além de outras. (SERBENA; RAFFAELLI, 2003, p. 34).

Essa classificação dos debates em termos polarizados é uma maneira didática de ilustrar e apresentar as questões epistemológicas inerentes à Psicologia, que tem dificuldade em estabelecer e limitar seus domínios teóricos, em função da complexidade do objeto que suas abordagens teóricas pretendem dar conta. O que repercute em instituições representativas dessa ciência.

1.2. Aspectos teóricos

Além dos fatores históricos e políticos que atravessam a epistemologia da Psicologia, existe o fator teórico representado por suas abordagens teóricas; ou, como as chamou Figueiredo (2004), de matrizes de pensamento psicológico. Sua compreensão pode não ser clara, principalmente para o graduando do curso que inicia sua relação com a formação a partir da produção científica. Para esclarecer esse aspecto será utilizado o estudo de Burrell; Morgan (1979).

Com a intenção de chegar aos limites paradigmáticos da Sociologia, os autores propõem a análise de seus fundamentos em pressupostos meta-teóricos que são organizados em duas dimensões: a dimensão subjetivo-objetivo e a dimensão regulação-mudança radical. Neste trabalho será utilizada apenas a primeira dimensão.

Seus pressupostos servem de base e referência às teorias que constituem o campo teórico da sociologia e o modo como são utilizadas. Ao identificar quatro pressupostos, eles sugerem que é possível analisar e caracterizar a produção de uma área teórica específica da sociologia tendo os mesmos como parâmetros. São eles: o ontológico, o epistemológico, a natureza humana e o metodológico. (BURELL; MORGAN, 1979).

Cada pressuposto configura um campo de debate entre teóricos que defendem posições divergentes. Assim, cada pressuposto é um conjunto composto por dois conceitos polarizados que identificam as possíveis opiniões opostas que o compõe. É importante ressaltar que existem posições intermediárias cujos limites são balizados por dois conceitos polares que organizam os conjuntos de pressupostos em duas dimensões: uma objetivista e uma subjetivista. (BURELL; MORGAN, 1979).

Os conceitos de cada conjunto são discutidos e organizados pelos autores de modo a formar um esquema composto pelas duas dimensões citadas, que definem os paradigmas da sociologia. O esquema proposto pelos autores enriquece o entendimento das questões teóricas referentes às abordagens da Psicologia, como discutidos inicialmente por Serbena e Raffaelli (2003) e ilustrados pela Psicanálise e pelo Behaviorismo.

Tabela 1: Dimensão objetivo-subjetivo dos pressupostos.

Positivismo Sociológico (objetivista)	PRESSUPOSTOS	Idealismo Alemão (subjetivista)
Realismo	ONTOLOGIA	Nominalismo
Positivismo	EPISTEMOLOGIA	Anti-positivismo
Determinismo	NATUREZA HUMANA	Voluntarismo
Nomotético	METODOLOGIA	Idiográfico

Fonte: adaptação de Figura 1: a dimensão subjetivo-objetivo. (BURELL; MORGAN, 1979, p. 04)

De acordo com Burell e Morgan (1979), as questões de cunho **ontológico** tratam da essência do fenômeno investigado, considerando que: a realidade é externa

ao indivíduo, objetiva, composta por estruturas concretas e tangíveis (realismo); ou constituída por nomes e rótulos, produtos da consciência, um conceito da mente e da cognição individual (nominalismo).

O conjunto **epistemológico** diz respeito à maneira de compreender a realidade que pode ser caracterizado com um caráter “hard”, isto é, real, concreto, tangível e passível de transmissão, como nas ciências naturais que buscam regularidades e relações causais entre os elementos do objeto (positivismo). Ou um caráter “soft”, subjetivo, espiritual, que decorre da experiência interna e pessoal, de forma que a realidade é relativa e só pode ser compreendida a partir do indivíduo envolvido no estudo (anti-positivista). (BURELL; MORGAN, 1979).

Outro conjunto de pressupostos são ligados à **natureza humana** e diz respeito à relação do humano com o ambiente. Neste conjunto os autores fazem uma observação importante: “É óbvio que as ciências sociais como um todo tem que estar embasadas em tais pressupostos, uma vez que o Homem é o sujeito e o objeto da sua indagação” (BURELL; MORGAN, 1979, p. 03), o que também ocorre na Psicologia. Em relação à natureza humana, considera-se que o humano e sua experiência são frutos de circunstâncias externas caracterizadas pelo ambiente (determinismo), que se aproxima de uma abordagem Sócio Histórica. Ou uma visão em que o humano tem maior parte neste papel, por meio de sua própria vontade e criatividade, sendo criador de seu ambiente e dotado de livre arbítrio (voluntarismo), nesse caso, mais próximo da perspectiva existencialista.

As posições adotadas nos pressupostos anteriores (objetivista ou subjetivista) determinam suas implicações **metodológicas**. A respeito desse último pressuposto os autores afirmam que

As possibilidades de escolha são, de fato, tão numerosas que o que é considerado como CIÊNCIA pelos cientistas tradicionais cobre apenas uma parcela restrita das opções possíveis. Por exemplo, podemos identificar metodologias nas ciências sociais que tratam dos fenômenos sociais como se fossem fenômenos do mundo da natureza: como dados “hard”, reais, externos; e outras metodologias que atribuem a estes fenômenos qualidades “soft”, pessoais e mais subjetivas. ((BURELL; MORGAN, 1979, p. 03-04).

Assim, caso um teórico considere uma realidade externa e objetiva, ele tenderá a fazer análises das relações e regulações entre seus elementos constitutivos, ou seja, buscar leis que expliquem e regulem a realidade em foco, exigindo uma metodologia sistemática e padronizada, como nas ciências que estudam fenômenos da natureza (nomotético). Característica metodológica que se aproxima do

Behaviorismo, da Psicologia Experimental ou do uso de Testes Psicológicos. Por outro lado, se ele explora a experiência subjetiva de criação da própria realidade acarretará uma ênfase nas formas do indivíduo criar, modificar e interpretar o mundo, que implica em uma metodologia com o foco na vivência direta do indivíduo investigado, das impressões geradas e de sua história de vida (idiográfico), o que se aproxima de uma abordagem Psicanalítica do sujeito.

A utilização desses pressupostos ilustra como uma abordagem se diferencia de outra em termos de seus pilares de sustentação teórica. Ao aproximar abordagens psicológicas, como a Psicanálise, o Behaviorismo, a Sócio Histórica e o Existencialismo, a intenção foi tornar visível as diferenças teóricas que configuram o campo epistemológico da Psicologia e caracterizam suas tensões.

Ao modo de Wundt e James no início da Psicologia, os debates em função dos posicionamentos teóricos podem ser ilustrados (mas não reduzidos) às duas posições polarizadas: de um lado a objetiva, tendo o positivismo como pressuposto sintetizador, e de outro a subjetiva, influenciada pelo Idealismo Alemão e sintetizada pelo anti-positivismo.

Teorias formadas por aspectos antagônicos desses pressupostos não conseguirão alinhar a própria teoria com a teoria do aspecto oposto. Figueiredo (2004) afirma que esses são os pontos de tensão que podem levar às armadilhas do dogmatismo ou ecletismo de abordagens, que bloqueiam a capacidade de experienciar, seja pelo estreitamento da visão pesquisador/ator, ou pela falta de rigor.

No primeiro caso, o psicólogo em formação ou já formado tranca-se dentro de suas crenças e ensurdece para tudo o que possa contestá-las. No segundo adota indiscriminadamente todas as crenças, métodos, técnicas e instrumentos disponíveis de acordo com a sua compreensão do que lhe parece necessário para enfrentar unificadamente os desafios de sua prática. (FIGUEIREDO, 2004, p. 18).

Assim, essa tensão teórica não afeta apenas o aspecto propriamente teórico das abordagens psicológicas, mas também a concretização de sua prática, uma vez que determina o conhecimento daquele que estará apto a exercê-la como técnica em seu campo de atuação, sujeitando-se aos riscos de adoção de atitudes e posições dogmáticas ou ecléticas por parte do profissional.

2. Epistemologia e desafios contemporâneos

Abib (2009) afirma que uma das possibilidades do projeto de constituição científica da Psicologia é a de que ela já nasceu dividida, e que a diversidade de abordagens que lhe é característica constitui sua epistemologia como *pluralizada*.

Logo no ponto de partida, o projeto científico da psicologia se bifurca, pois Wundt e James apresentam concepções diferentes de ciência psicológica, e, na sequência, o que o século XX testemunhou foi uma multiplicação de acepções de psicologia científica. Diante da proliferação da psicologia moderna, a reflexão epistemológica sobre a psicologia pertence ao gênero epistemologia pluralizada, ou teoria pluralizada do conhecimento, o que significa dizer que a psicologia é conhecimento plural. (ABIB, 2009, p.196).

Bock *et al* (2008) aproximam-se da epistemologia pluralizada de Abib (2009), ao afirmarem que a Psicologia é uma ciência que não possui paradigmas, devido a sua complexidade. Alencar (2015) acrescenta que o século XX foi marcado por uma proliferação de linhas de pensamentos psicológicos: a Gestalt, o Construtivismo, a Sócio Histórica, a Psicologia Pós-Moderna, a Psicologia Sistêmica entre outras.

Para ultrapassar o modelo laboratorial biológico da psicofisiologia dos processos mentais básicos, Foucault, explana, como no intervalo de cem anos (1850 a 1950), a psicologia se renovou, adotando novos modelos epistemológicos para abordar as dimensões simbólicas, históricas, culturais e políticas na compreensão de um novo status do homem. (ALENCAR, 2015. p. 149).

A autora ainda pontua que Foucault possui uma compreensão semelhante à de Abib (2009) e que ele também é citado por Japiassu, outro grande epistemólogo da Psicologia, que em sua tese de doutorado, publicada em 1976, já chamava atenção para o contexto de “desagregação epistemológica” em relação aos domínios, métodos utilizados e objetos investigados pelas ciências humanas.

Esses autores mostram que o campo da Psicologia, em seu processo de devir, não é estático ou está finalizado, sequer busca unificação. Caracteriza-se mais pela necessidade de reformular os limites de seus domínios, os parâmetros de métodos, fazendo com que a Psicologia amplie suas fronteiras para atender às demandas da sociedade

[...] ao se deparar com os problemas da prática, a psicologia reatualiza os próprios domínios, fechando-se, para lidar com a realidade dos problemas sem perder sua especificidade. Assim uma nova psicologia se forma sempre que é preciso entender o homem em um contexto particular. Nesse movimento é que se pode identificar o processo da multiplicação disciplinar da psicologia. (ALENCAR, 2014, p. 44-45).

É interessante pensar essa proliferação como um sinal, que diz respeito ao esforço de uma área do conhecimento que tenta dar conta da multiplicidade de fenômenos que ela passa a perceber e abarcar em sua evolução enquanto ciência.

Segundo Foucault (1996), a história de uma disciplina é a história da constante reatualização das regras que definem e delimitam seus domínios. Nessa direção, toda ciência que possui seu domínio bem definido não apresenta problemas em realizar intercâmbios com outras áreas, porém a Psicologia se constitui justamente nesses espaços de intercâmbio, não tendo, portanto, um domínio bem determinado (ALENCAR, 2015).

A complexidade dos desafios em realizar intercâmbios com outras áreas ou de delimitar a área, tem sido discutida também em outras áreas do conhecimento, de modo a considerar que essa transformação epistemológica esteja acontecendo não apenas com a Psicologia, mas nas ciências como um todo.

Almeida Filho (2005) afirma que a articulação de aspectos metodológicos e epistemológicos, em diferentes graus e sob o título de “novos paradigmas”, tem sido proposta como saída para os desafios da ciência contemporânea, o que tem sido chamado, por diversos autores, de ciência pós-moderna³. Um movimento recente, em pleno desenvolvimento, que demanda novas lógicas de análise, novos modelos teóricos, bem como epistemologias próprias, como o conceito de Complexidade, apresentado anteriormente.

Na tentativa de superar intervenções padronizadas, a articulação sistemática de diferentes campos de conhecimento faz com que seus teóricos criem campos interdisciplinares⁴ e áreas de fronteiras, para atender esses espaços não como novas disciplinas, mas como um campo que se organiza para formar racionalidades em torno das especificidades daquela realidade temática (ALENCAR, 2015).

³ De acordo com Costa (2004), é uma linha emergente de pensamento e concepção da realidade com características opostas às do período moderno, caracterizado por teorias absolutas e detentoras de uma verdade universal, fronteiras, hierarquias e poderes bem definidos e estruturados, um rigor preciso, objetivo e concreto e lentidão e burocracia em seus processos. Características estas questionadas pela pós-modernidade que considera a instabilidade, a imprevisibilidade, a permeabilidade de fronteiras físicas e culturais, a instantaneidade, diferentes interpretações de verdades, poderes extraterritoriais, e tecnologias que conferem fluidez a uma estrutura sistêmica (COSTA, 2004).

⁴ O termo “interdisciplinaridade”, longe de possuir uma definição bem delimitada, pode ser compreendido como uma perspectiva ou metodologia que se expressa de três formas: primeiro como uma interface entre diferentes saberes (ex: psicologia jurídica); em segundo, como uma fusão de saberes, cujos objetos também se fundem (ex: bioinformática); e, por último, como uso articulado de múltiplas abordagens de diferentes campos de conhecimento para elaboração de ação ou conhecimento a respeito de um problema (ALENCAR, 2015).

Para uma abordagem congruente desses novos elementos da complexidade e suas propriedades é necessário superar as fronteiras das disciplinas convencionais da ciência por metodologias de síntese que permitam a “[...] polissemia resultante do cruzamento de distintos discursos disciplinares” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 38), para processá-los adequadamente. A metodologia interdisciplinar – com as variações que a precedem (multi, pluri e meta) e a transdisciplinaridade – é apontada como uma das soluções para esse contexto.

Alencar (2015) e Almeida Filho (2005) discutem a sistematização da noção de transdisciplinaridade feita por Erich Janttsch e organizada por Almeida Filho (2005) da seguinte forma:

- Multidisciplinaridade: uma justaposição de disciplinas isoladas a respeito de um campo temático, em um mesmo nível, sem cooperação entre os saberes.
- Pluridisciplinaridade: justaposição de disciplinas a respeito de um campo temático, ainda em um mesmo nível, mas com um grau de cooperação mútua e complementaridade entre as disciplinas.
- Metadisciplinaridade: justaposição de disciplinas organizadas em torno do campo de uma metadisciplina – uma disciplina em nível epistemológico superior às demais, de modo a integrá-las (é aquela sobre a qual as demais se pronunciam).
- Interdisciplinaridade: justaposição de disciplinas conexas em uma axiomática comum determinada por uma delas, que funciona como integradora, mediadora e coordenadora do campo interdisciplinar.
- Transdisciplinaridade: uma integração de disciplinas em uma base axiomática geral compartilhada, com finalidade comum, horizontalização do poder, diversos níveis e objetivos, em geral corresponde a um novo campo que tem autonomia teórica e metodológica em relação às disciplinas que o constituem.

A partir dessa sistematização o autor propõe uma sequência gradual das formas de articulação entre disciplinas, considerando o grau de junção, de objetivos, os objetos e a axiomática em comum, e um tipo de hierarquia no sentido de que exista, ou não, uma disciplina coordenadora ou integradora das demais. Esses arranjos vão desde um simples agrupamento de disciplinas sem relações entre elas, até a construção e compartilhamento de um saber por meio da integração das disciplinas que o compõem, em diversos níveis e para além delas, na transdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade representaria melhor o estado atual de constituição de novos espaços de articulação de saberes, pesquisadores e áreas, e a transdisciplinaridade seria um estágio adiante, de integração destes por meio da consciência da interdependência das relações.

O saber psicológico é convocado a apresentar soluções para problemas concretos da realidade social na atenção à saúde pública, para pessoas em situação de vulnerabilidade social, violência e drogas e temas ambientais, ao passo que

O psicólogo compartilha espaços de produção do saber com profissionais e pesquisadores de áreas e domínios disciplinares diversos, construindo paralelamente seus objetos epistemológicos e modos de atuação. Esses espaços impõem a adoção de uma perspectiva que articule diversos objetos para uma apreensão complexa da realidade, o que prepara terreno fértil para a reprodução dos discursos sobre a necessidade de construção da interdisciplinaridade. (ALENCAR, 2015, p. 55).

A autora apresenta artigos que retratam a diversidade de algumas interfaces da linha de frente da Psicologia. Cada interface remete à aproximação da Psicologia com outra área do conhecimento, de forma que cada uma apresenta um contexto específico de desafios não apenas no nível da *práxis* como também da articulação nos níveis epistemológicos e metodológicos. A caracterização do uso da metodologia interdisciplinar junto à Psicologia foi relatado pela autora em oito interfaces partindo do estudo das produções científicas dessas áreas, que estão resumidas a seguir de modo a demonstrar a caracterização específica de cada uma:

- 1) A Psicologia Ambiental trata da relação pessoa-ambiente e apresenta necessidade de se construir como uma interciência com perspectiva transdisciplinar;
- 2) A Psicologia-Social se ocupa da relação da pessoa com a sociedade, reformula seu aspecto teórico-prático pela importação de modelos conceituais de áreas semelhantes;
- 3) A Psicologia do Desenvolvimento assim como a Ambiental demanda uma estrutura que lhe permita “[...] abordar de forma mais sistêmica e complexa o tema do desenvolvimento humano” (Alencar, 2015, p. 70);
- 4) Na Psicologia Escolar/Educacional há dois movimentos de articulação da interdisciplinaridade: um no sentido de ampliar o sujeito epistêmico e outro no sentido de integrar o profissional da Psicologia na equipe escolar;
- 5) Na Psicologia Jurídica existem desafios que mostram a dificuldade do psicólogo em ajustar sua competência: relações de poder e apoio em

pressupostos sistêmicos, de modo a requerer um campo que pense sua complexidade;

- 6) A Psicologia da Saúde, assim como no campo jurídico, trata da articulação do Psicólogo nos aparelhos de saúde coletiva bem como a superação do aspecto clínico de intervenção para uma clínica ampliada;
- 7) A Psicologia Organizacional e do Trabalho é semelhante ao campo da saúde, apesar da sua abertura à interdisciplinaridade. O maior desafio é a superação da visão clínica do psicólogo para realmente tratar da saúde do trabalhador;
- 8) Na Psicologia Cognitiva-Comportamental, o desafio recai sobre o esforço em encontrar “[...] uma abordagem complexa que reúna por complementaridade as perspectivas naturalistas e construtivistas.” (ALENCAR, 2015, p. 80).

A autora mostra que com a utilização da metodologia interdisciplinar cada interface se apropria de um discurso específico, de acordo com suas necessidades e possibilidades de resolução. Algumas com demandas relativas à articulação dos atores envolvidos e outras que cogitam propostas de novos campos disciplinares, demonstrando o caráter contextual dos desafios de cada interface ao considerar a interdisciplinaridade enquanto modo de produção de conhecimento, metodologia prática e estratégia de ação.

O que ilustra os novos caminhos sendo trilhados e contribui para o entendimento da “fragmentação” da Psicologia: um mosaico que se caracteriza não só por suas questões teóricas e disciplinares, mas também pela atuação em diferentes interfaces dos diversos contextos da sociedade.

3. Formação em Psicologia

Para entender como a dimensão epistemológica se relaciona com a formação do Psicólogo é preciso conhecer a história da constituição da profissão, a qual trata, necessariamente, da constituição do currículo da formação do curso.

Em 1962 a Psicologia foi regulamentada como profissão no Brasil e, de acordo com Cury e Ferreira Neto (2014), junto dela foi legitimado o currículo mínimo de seus cursos. O primeiro curso iniciou suas atividades em 1953, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro cujo currículo da formação passava de seus fundamentos e experimentação diretamente aos estágios básicos, fazendo com que o acadêmico

tomassem os saberes da psicologia como bem definidos e suficientes para a aplicação em campo. Situação teórica e de formação que gerou uma prática intransigente e limitada, com problemas para ser fidedigna às diversas demandas da sociedade. Um exemplo de fator motivador da busca por novas formas de abordar o problema, contribuindo para a dispersão da Psicologia na segunda metade do século XX, como apontado por Abib (2009) e Figueiredo (2004).

Cury e Ferreira Neto (2014) afirmam que nas décadas seguintes à regulamentação da profissão, a área clínica foi a área prevalecente nos currículos e na atuação profissional, gerando diversas críticas da sociedade e descontentamentos dos graduandos. A respeito disso, segundo os autores, já na década de 1970 as produções no campo de Psicologia indicavam a necessidade de rever os rumos dos currículos e, na década seguinte, o Conselho Federal de Psicologia promoveu atividades nesse sentido que resultaram no documento da Carta de Serra Negra, em 1992. Nessa mesma época, um segundo documento, elaborado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Psicologia, tratou, baseado em pesquisas do CFP e de forma mais consensual entre os envolvidos, das dez diretrizes gerais para a formação do psicólogo. Tal documento

Retomava o conhecido diagnóstico de que havia uma formação fragmentada, excessivamente dominada pela área clínica com enfoque psicanalítico, que não contemplava, de modo adequado, a pluralidade da Psicologia. [...] Do ponto de vista qualitativo, ambos os documentos sugerem a ampliação da diversidade de oferta de outras concepções de Psicologia, tanto nas disciplinas quanto nos estágios, visando superar a centralidade da formação em clínica. (CURY; FERREIRA NETO, 2014, p. 503-504).

Assim, a necessidade de um currículo que contemplasse a dimensão plural e complexa dos diversos aspectos da Psicologia, enquanto campo de saber na formação do psicólogo, foi legitimado pelos órgãos responsáveis e seus respectivos documentos na década de 1990. A legitimação da necessidade de repensar o currículo da formação foi concomitante a emergência da metodologia intertransdisciplinar (ALENCAR, 2015) e à concepção de pensamento complexo – cujo conceito foi apresentado em 1984 por Morin. (ALMEIDA FILHO, 2005).

Segundo Cury e Ferreira Neto (2014), em 1997 o Ministério da Educação inicia o processo de elaboração das novas DCNs para os cursos de graduação. A principal mudança “[...] foi substituir a tradição formativa fundamentada na transmissão de conteúdos nas disciplinas, para uma formação baseada em ‘competências e habilidades’” (CURY; FERREIRA NETO, 2014 p. 504), o que contribuiu para mudar o

foco de uma formação que visava à transmissão e reprodução de conteúdo para uma formação que torna o profissional capaz de atuar em contextos diversos, indo ao encontro das interfaces da prática psicológica apresentada por Alencar (2015).

Porém, segundo Cury e Ferreira Neto (2014), algumas críticas foram apontadas durante a confecção do documento. A caracterização do psicólogo como um profissional exclusivo da área da saúde foi criticada pela Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), pelo CFP, pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e pelo Conselho Nacional das Entidades Estudantis em Psicologia (Conep). Não obstante, as três últimas ainda criticaram: os três perfis profissionais existentes nos cursos, defendendo que isso poderia promover uma separação entre prática profissional e produção científica; bem como a proposta de ênfases curriculares, pelo risco de ser uma proposta segmentária, indo contra a própria proposta generalista e integradora das DCNs, uma vez que essa especialização deve ocorrer posteriormente, na pós-graduação. (CURY; FERREIRA NETO, 2014; RUDÁ, 2015).

Cury e Ferreira Neto (2014) ainda evidenciam que a proposta generalista seria consolidada em sala de aula e no estágio supervisionado. Os mesmos seriam os dispositivos integradores das competências, habilidades e conhecimentos em situações de complexidade diversas, representativas da atuação profissional. Segundo os autores, esse trecho das DCNs faz alusão ao

[...] fato da pluralidade, por vezes antagonista, que compõe a Psicologia, não encontrar possibilidade integrativa no verbalismo das exposições teóricas, mas sim no manejo de situações nas atividades práticas integrando nesse movimento o diálogo entre teorias e práticas. [...] Entretanto, a mesma definição poderia ser aplicada às atividades de sala de aula. Nessa nova lógica, estas também deveriam ser instadas ao compromisso de promoção de um “saber em uso” mediante discussões reflexivas e situacionais, nas quais conhecimentos dialogam e problematizam com realidades e experiências atuais, e não apenas com os contextos de produção das teorias e metodologias desenvolvidas. (CURY, FERREIRA NETO, 2014, p. 507).

Os autores ainda alertam para a necessidade de não negar a formação plural ao campo da prática, assumindo o compromisso de preparar o discente para o discurso e a percepção interdisciplinar desde a sala de aula. Uma conclusão semelhante foi apresentada por Guareschi (2014) em seu trabalho sobre a formação em Psicologia e o princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde. Ela defende que a formação deve apontar não apenas novos posicionamentos, mas fazer com que

o graduando de fato caminhe por diferentes nuances e constructos da realidade para que tenha maior habilidade nas práticas.

Assim, a aprovação final das DCNs de Psicologia pelo MEC ocorreu de forma atrasada, em 2002, com sua publicação oficial em 2004, sendo que não foram atendidos dois itens: a determinação do número de alunos por supervisor no estágio, que poderia implicar negativamente na qualidade da formação, e a retirada da proposta de ênfases curriculares. (CURY, FERREIRA NETO, 2014).

3.1. Diretrizes Curriculares Nacionais

Atualmente as DCNs estão contidas em um documento elaborado em 2011 pelo Conselho Nacional de Educação do MEC. Em seus 26 artigos encontram-se todos os pilares, normas, condições e princípios que orientam a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) dos cursos de Psicologia em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. O MEC (2011) afirma que os princípios e compromissos da formação do psicólogo estão diretamente relacionados ao desenvolvimento científico e às competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo futuro psicólogo.

Esses devem ser pautados na atuação em diferentes contextos, a partir do reconhecimento da diversidade de perspectivas e múltiplos referenciais de compreensão do fenômeno psicológico, de modo que o graduando reconheça e compreenda a diversidade destes referenciais e perspectivas que tratam das manifestações psicológicas, bem como trabalhe no sentido de aproximação e do diálogo entre essas referências e perspectivas. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Destarte, de acordo com o documento, o desenvolvimento dessas habilidades e competências e o reconhecimento das perspectivas e referenciais ocorre a partir de fatores como: o conhecimento das linhas de pensamento em psicologia, por meio de seus fundamentos históricos e epistemológicos; o conhecimento de técnicas e formas de produção de conhecimento científico da Psicologia; a aptidão em relação à prática profissional, sendo capaz de selecionar, adaptar e utilizar métodos e instrumentos de avaliação e intervenção adequados a cada contexto de atuação; ser capaz de promover a interlocução entre a investigação científica e a atuação profissional; a capacidade de perceber e analisar em campo os objetos de investigação da

Psicologia, fenômenos e processos psicológicos em suas dimensões comportamental, cognitiva e afetiva, bem como seus principais conceitos, atributos e teorias explicativas; e o relacionamento com outras áreas da ciência de forma interdisciplinar, de modo a reconhecer particularidades dos fenômenos psicológicos na relação com fenômenos estudados por outras áreas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Cada um desses fatores contribui para a produção científica da Psicologia, o desenvolvimento dos aspectos técnicos do psicólogo e a articulação destes com os diversificados campos da prática, por meio da interdisciplinaridade. Na prática esses fatores devem permear as disciplinas do curso, as orientações dos professores e os estágios supervisionados.

Segundo Rudá (2015), as DCNs diminuíram a rigidez do primeiro currículo e contribuíram em direção à superação da metodologia disciplinar, por reconhecer a pluralidade epistemológica da Psicologia. De acordo com o Ministério da Educação (2011), a disciplinaridade e a interdisciplinaridade devem ser contempladas na proposta de formação dos professores e nos estágios supervisionados.

Os estágios devem assegurar a concretização em ações profissionais dos conhecimentos, habilidades e atitudes previstas nos núcleos comum e específico dos currículos, de forma que os mesmos sejam, obrigatoriamente, orientados por ênfases curriculares.

Art. 10. Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação em Psicologia diferencia-se em ênfases curriculares, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, p. 4).

De acordo com o documento, os cursos de Psicologia devem apresentar no mínimo duas ênfases curriculares, deixar claro quais são elas e permitir a escolha do graduando por uma ou mais delas. Ele ainda orienta que os novos cursos devem priorizar a oferta das ênfases mais consolidadas, sendo que cada ênfase deve, necessariamente, contar com um estágio supervisionado para garantir o desenvolvimento de suas competências específicas. Cada ênfase diz respeito à articulação da Psicologia com um dos domínios de ação citados, que podem ser resumidos em: processos de investigação científica, processos educativos, processos

de gestão, processos de prevenção e promoção da saúde, processos clínicos e de avaliação diagnóstica (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Assim, a graduação procura, desde os fundamentos históricos e epistemológicos da Psicologia até os estágios supervisionados e suas ênfases, inserir os graduandos em diferentes contextos de ação no mercado de trabalho, propiciando ao aluno ter a chance de articular teoria e prática.

1.2. Pós-graduação

Ao concluir o curso de graduação, os estudantes podem ingressar em programas de pós-graduações: mestrados e doutorados, fomentando a produção científica do país. A preocupação dos programas de pós-graduação com a renovação científica foi legitimada em 1965, com a elaboração do Parecer Sucupira como resposta do Conselho Federal de Educação a respeito das mudanças necessárias na regulamentação dos programas de pós-graduação no Brasil, determinando que a universidade amplie seu escopo da transmissão do conhecimento, voltando-se para a inovação deste por meio de atividades de pesquisas. (ALENCAR, 2015).

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a área de Psicologia é integrada por 53 doutorados, 79 mestrados acadêmicos e 7 mestrados profissionais, totalizando 139 cursos de pós-graduação⁵.

A diversidade das atividades de pós-graduação em Psicologia foi registrada pela Capes, em 2013, na avaliação trienal da área de Psicologia. (ALENCAR, 2015). Tal relatório categoriza 14 subáreas, a saber: Psicologia Social; Psicologia Clínica, Psicanálise e Psicopatologia; Processos Psicológicos Básicos e Análise do Comportamento; Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia da Saúde; História da Psicologia; Psicologia Comunitária; Psicologia Forense; Psicologia do Trânsito; Psicologia organizacional e do trabalho; Psicologia Educacional e Escolar; Avaliação, Métodos e Medida em Psicologia; Psicobiologia, Neurociências e Psicologia Evolucionista; e Temas Gerais, que agrupam linhas de pesquisa menos expressivas como a Psicologia Ambiental. Alencar (2015) afirma que dentro dessas subáreas encontram-se 35 especialidades ou linhas de pesquisa.

⁵ Consulta em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultascoleita/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf>>.

Alencar (2015), em seu estudo sobre a interdisciplinaridade nos cursos de pós-graduação, constatou que as pesquisas que utilizam as perspectivas metodológicas da interdisciplinaridade passaram a surgir entre 1990 e 2001. Acrescenta ainda que, nesse período, 40% da produção de mestrado e doutorado em psicologia encontravam-se no campo da saúde, mostrando a força da Psicologia nessa área; por outro lado, as demais publicações (60%) apontava a relação da psicologia com outros campos de conhecimento, demonstrando a força de inter-relação da Psicologia com outros campos do saber. Isso é corroborado pela Capes (2013), ao afirmar que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, não pode abrir mão da tenuidade das linhas que a separam de outras áreas do conhecimento.

De acordo com Alencar (2015), a produção científica na Psicologia sempre fora permeada pela alteridade, que na contemporaneidade está em consonância com o conceito de interdisciplinaridade, principalmente nos espaços de pós-graduação. O que reafirma a Psicologia como profissão e como campo de saber, que se define na relação com diversos outros campos que tangenciam suas fronteiras, distanciando-se do olhar simplista e insuficiente de uma realidade pronta e acabada.

A exemplo disso, os campos temáticos da pós-graduação categorizados pelo estudo de Alencar (2015) remetem às interfaces a partir do desdobramento da Psicologia em diversos contextos, semelhante às subáreas apontadas pela Capes: Social, Social e Institucional, Clínico, Clínico e Cultural, do Trabalho e das Organizações, do Escolar e do Desenvolvimento, da Aprendizagem, Experimental, Psicossociologia e Pesquisa. Rudá (2015) soma a essas áreas outros espaços interdisciplinares como a Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, a Psicologia Comunitária, e em situações de desastres. Todos estes são temas oriundos das diversas demandas de atuação do psicólogo que contemplam e ampliam as ênfases orientadas pelas DCNs para outros campos.

A análise dos programas de pós-graduação em Psicologia também contemplou a discursividade produzida. Alencar (2015) organizou os discursos que fazem referência à metodologia inter-trans na pós-graduação de Psicologia em cinco categorias. Cada categoria diz respeito às ações que influenciam a formação do psicólogo e a solução dos desafios atuais. São elas: aqueles referentes à formação para atuação interdisciplinar; os referentes às formas de flexibilização da grade curricular e do ensino em disciplinas, visando a interdisciplinaridade; referentes a

processos inter-trans na produção científica; e aqueles referentes à integração da pesquisa, ensino e intervenção.

O desenvolvimento da metodologia inter-trans nas diversas áreas citadas acima e dentro do campo da Psicologia, deve favorecer a superação dos limites da disciplinaridade, contribuir para a formação de profissionais conscientes das particularidades e da complexidade do próprio campo, aptos a realizar uma atuação inter-transdisciplinar exigidas pelas demandas sociais, colaborando para a superação das fronteiras disciplinares e dos papéis pedagógicos que as subsidiam.

A importância da interdisciplinaridade para diversificação e fortalecimento da formação científica e profissional, ao se tratar da relação entre graduação e pós-graduação, é apontada pela Capes (2013) como um desafio para esses atores, cujo palco são as práticas de pesquisa, ensino e extensão.

Considerações finais

Aqui retomo os objetivos que conduziram este ensaio teórico, as discussões apresentadas, a forma como trabalhei as informações no referencial teórico, minhas contribuições, limitações e sugestões para futuras investigações.

Como as diferentes teorias e abordagens da Psicologia afetam a formação do psicólogo frente às demandas contemporâneas da ciência? Essa foi a questão norteadora deste trabalho. Parti do princípio de que a formação em bacharel em psicologia é complexa desde a graduação, em função da epistemologia deste campo e de suas demandas contemporâneas.

Para discutir esses quesitos apresentei aspectos relativos à constituição epistemológica da Psicologia – a sua história, a associação de seus pressupostos teóricos e a configuração atual em que os limites de seu campo são determinados nos espaços de intercâmbio com outras áreas da ciência – bem como a constituição e situação da formação deste profissional.

No que se refere à composição epistemológica da Psicologia, apresentei um percurso atravessado por aspectos teóricos, metodológicos, históricos, institucionais, políticos e profissionais. Vimos que desde a sua constituição como ciência a Psicologia é plural. Em função da complexidade de seu (s) objeto (s) diversas frentes se estruturam como referenciais teóricos a serem adotados para sua compreensão,

os quais são tomados como abordagens que norteiam a prática. Cada conjunto de teorias é definido por pressupostos teóricos que norteiam a metodologia a ser utilizada. Isso caracteriza a atuação do profissional de modo que, ao fazer parte de instituições, associações e órgãos, os psicólogos carregam consigo seu percurso de formação e a sua perspectiva teórica, e os emprestam à instituição. Por esse motivo não é possível uma linguagem comum a todas as abordagens da Psicologia, principalmente diante do aumento de seu número a partir de 1950.

Nesse cenário, a Psicologia se mostra uma ciência de fronteira, contida nas ciências da saúde e com especificidades das ciências humanas, que multiplica suas abordagens ao se deparar com cada questão particular da prática. Apesar de não possuir um paradigma norteador, é influenciada por novos paradigmas como o pós-moderno, a partir do qual fronteiras bem definidas, previsíveis e isoladas dão lugar à noção de realidade instável, fluída e atravessada por diversos fatores.

Na busca por uma resposta fiel à essa realidade complexa, a utilização da metodologia interdisciplinar na Psicologia tem desenvolvido interfaces de atuação com características muito específicas de acordo com cada contexto. Assim, disciplinas cedem espaço à interdisciplinas, com discursos científicos, perspectivas e axiomáticas próprias, como a Psicologia Ambiental.

Enquanto formação profissional, mostrei que a Psicologia, 10 anos após sua constituição com ciência e profissão no Brasil, já se esforçava em flexibilizar seu currículo, de modo a evitar formações dogmatizantes. Esse processo esteve sujeito à organização de seus profissionais e às deliberações do Ministério da Educação.

Apesar das críticas às ênfases das DCNs, o novo currículo visa desenvolver as competências e habilidades necessárias ao discente para articular o contexto epistemológico da Psicologia com sua prática em seus diversos domínios, por meio de uma formação generalista e orientada por uma metodologia interdisciplinar, atenta ao o risco de ser eclética ou profissionalizante. Diretrizes estas que exigem uma formação interdisciplinar dos docentes atuantes na graduação, que seja eticamente comprometida com a compreensão epistemológica da Psicologia e com o contexto de seus estágios, na formação do graduando.

Tais fatores influenciam a formação em conjunto com demandas sociais que conferem à Psicologia uma das maiores diversidades de atuação profissional, quando comparada a outras áreas do conhecimento. Uma diversidade manifestada em

interfaces que influenciam as ênfases da graduação e a produção científica na pós-graduação.

Na pós-graduação os cursos de mestrado e doutorado integram as abordagens e as interfaces da psicologia em 14 subáreas e 35 especialidades, que confirmam a força da Psicologia como área da saúde e a sua interlocução com outros campos da ciência, como a Psicologia Ambiental, a do Esporte e a Jurídica. A utilização da metodologia interdisciplinar nos cursos de pós-graduação é marcada pela discursividade produzida sobre temas de formação, de flexibilização da grade curricular, do ensino de disciplinas, da produção científica e de práticas de intervenção.

No desenvolvimento desse ensaio encontrei aspectos históricos, políticos, abordagens, ênfases, áreas, interfaces, objetos, teorias, pressupostos, práticas, contextos, complexidade, a disciplinaridade e seus prefixos (multi, inter e trans), paradigmas, interdisciplinas e ciências de fronteiras que se articulam compondo uma trama que está mais próxima de uma complexidade à uma proliferação desarticulada.

A relação entre epistemologia da Psicologia e sua formação profissional não é complexo no sentido de tratar de um tema de difícil compreensão, mas no sentido de se tratar de um cenário permeado pela associação de fatores e fenômenos emergentes que interagem de forma dinâmica e se retroalimentam.

Diante do que apresentei, sugiro algumas das contribuições científicas e sociais decorrentes deste estudo. Ao sistematizar as informações referentes à epistemologia e a formação do profissional, percebi que a produção científica deve assegurar ações cada vez mais abrangentes, e, ao mesmo tempo, singulares, no sentido de serem mais assertivas e se comprometem com a particularidade de cada contexto, dentro da variedade teórica e de campos de atuação em Psicologia.

Tais atuações não devem ocorrer apenas no âmbito prático, mas também na produção de discursividades por exemplo em salas de aula, que promovam atitudes integradoras e articuladoras das abordagens e campos, em lugar daquelas que enaltecem ou protegem uma abordagem, ou campo de atuação, em detrimento de outros. Pois, diante de uma complexidade, a atitude mais esperada tende a ser a busca por segurança no isolamento de uma abordagem ou contexto, repetindo velhos hábitos, que remetem ao mal-estar vivenciado no passado, pela sociedade e por discentes, em função da adoção de atitudes com características dogmáticas. Dessa forma, acredito que devem ocorrer maiores questionamentos e discussões sobre o

risco de se transformar abordagens teóricas e interfaces de atuação em totalidades isoladas, isto é, especialidades da Psicologia, por parte dos psicólogos.

Minha tentativa de discutir os elementos inerentes à relação da epistemologia com a formação profissional na Psicologia não visa esgotá-los ou apresentar uma relação bem delimitada, mas proporcionar uma leitura sobre aspectos que atravessam a formação do psicólogo e fazer alguns questionamentos. Ao longo do texto, alguns temas foram apenas assinalados em sua relação com a Psicologia – como a complexidade e a pós-modernidade – favorecendo novas possibilidades de investigação. Espero que as provocações apresentadas subsidiem outras pesquisas sobre as conexões entre a formação em Psicologia e as formas de pensamento emergentes nas ciências. Em seu processo permanente construção e reinvenção, as forças teóricas e os campos práticos constituintes da Psicologia, além do desenvolvimento da interlocução com outros campos da ciência, devem também desconsiderar a necessidade de diálogo entre si para não correrem o risco de perder a perspectiva de seu objeto maior: o humano em si.

REFERÊNCIAS

ABIB, José A. D. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. **Scientle Studia**, São Paulo, v. 7, n. 2. p. 195-208. 2009.

ALENCAR, Helenira Fonsêca de. A presença da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na psicologia brasileira. 233 f. 2015. **Tese (Doutorado em Psicologia)** – Instituto de Psicologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18640/1/TESE%20HELENIRA%2002.2016.pdf>>. Acesso em: 22.04.2016.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Transdisciplinaridade e o paradigma pós-disciplinar na saúde. **Saúde e Sociedade**. V.14, n.3, p. 30-50, set-dez, 2005.

BENEVIDES, Pablo S. Psicologia, diferença e epistemologia: percorrendo os (des)caminhos de uma constituição paradoxal. **Psicologia em Revista**, Belo horizonte, v. 19, n.3, p. 422-479. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2013v19n3p462/6215>>. Acesso em: 22,04,2016.

BOCK, Ana M. B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

BURELL, G.; MORGAN, G. **Paradigmas Sociológicos e Análise Organizacional**. London: Heinemann, 1979.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. Avaliação trienal 2013. Período de Avaliação 2010-2013. Área de avaliação 37 – Psicologia. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Psicologia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>. Acesso em: 16.05. 2015.

COSTA, Ana Maria N. A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2004, 24 (1), 82-93.

CURY, Bruno M.; FERREIRA NETO, João L. Do currículo mínimo às diretrizes curriculares: os estágios na formação do psicólogo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 494-512.

FIGUEIREDO, Luíz C. M. **Revisitando as psicologias** – da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. 3ª ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5a. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GUARESCHI, Neuza M. F. Formação em psicologia: o princípio da integralidade e a teoria da autopoiese. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 6, n. 1. P. 18-27. Jan/jun. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 5, de 15 de março de 2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14.08.2016.

MORIN, Edgar. **Epistemologia da Complexidade**. In: Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Organizado por Dora Fried Schnitman; trad. Jussara Haubert Rodrigue. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

RUDÁ, Caio. Formação em Psicologia no Brasil: história, constituição e processo formativo. 2015. 191 f. **Dissertação (Mestrado)** – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18384/1/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20Final%2014dez.pdf>>. Acesso em: 28.08.2016.

SERBENA, Carlos A.; RAFFAELLI, Rafael. Psicologia como disciplina científica e discurso sobre a alma: problemas epistemológicos e ideológicos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n.1, p. 31-37, jan/jun. 2003.